

Nº 229 • 12 de agosto de 2010

## **Balanco dos Seminários Regionais Intersectoriais do Programa Bolsa Família**

**Seminários têm a participação de todos os estados, do Distrito Federal e 243 municípios**

Durante o primeiro semestre de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promoveu seminários em todas as regiões do país com o intuito de promover processos regionais e locais de gestão intersectorial, disseminar o tema do acompanhamento familiar com base nas orientações do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, melhorar os processos de Gestão de Condicionalidades do PBF e, ainda, incentivar os registros no Sistema de Condicionalidades - Sicon.

Os municípios que foram convidados a participar enquadravam-se nos seguintes critérios: maior porte populacional, municípios de região metropolitana e municípios integrantes do Programa Territórios da Cidadania e do Programa Nacional de Redução da Mortalidade Infantil. O público participante foi composto por coordenadores estaduais e gestores municipais do PBF, representantes da rede de Assistência Social, coordenadores do Bolsa Família na Saúde, representantes das Coordenações Regionais de Saúde, coordenadores estaduais do Sistema MEC de Frequência Escolar e operadores máster da Educação, além de órgãos colegiados como Fonseas, Congemas, Coegemas, Undime, Consed, Conass e Conasems.

Os seminários foram organizados da seguinte forma:

- apresentação dos processos de gestão de condicionalidades da saúde e da educação, e do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, buscando alinhamento de conceitos e procedimentos.
- reuniões setoriais paralelas, conduzidas pelos gestores federais e estaduais das respectivas áreas, com o objetivo de esclarecer dúvidas, compartilhar problemas e propor soluções.
- apresentação do Sistema de Condicionalidades – Sicon como ferramenta para apoio à ação intersectorial das condicionalidades e registro do Acompanhamento Familiar.
- oficina intersectorial, com participantes divididos por estados, de forma a propiciar a integração dos setores de assistência social, saúde e educação em âmbito municipal e estadual, e incentivar a intersectorialidade na gestão do PBF.
- Como produto das discussões nas oficinas intersectoriais, cada grupo, formado por municípios de um mesmo estado, elaborou um documento para apresentação aos demais, contendo avanços, desafios e propostas. De forma resumida, apresenta-se a seguir uma sistematização em três grandes categorias – aperfeiçoamento da gestão do PBF, fomento à intersectorialidade e acompanhamento familiar - das propostas e desafios discutidos nos

seminários.

### **Aperfeiçoamento da gestão do PBF**

- Estruturar os recursos humanos do PBF, propiciando maior estabilidade aos profissionais;
- Realizar capacitação continuada de profissionais de ponta e capacitação dos setores envolvidos com o PBF para melhor compreensão do Programa;
- Dar celeridade, transparência e otimizar a aplicação dos recursos do IGD e IGDE;
- Promover ações municipais de registro civil;
- Implementar ações complementares (cursos, capacitação profissional) com recursos do IGD;
- Divulgar e incentivar a utilização de linhas de créditos disponibilizadas aos beneficiários do PBF para abertura de negócios e serviços;
- Prestar atendimento em segurança alimentar e nutricional aos usuários PBF em cozinhas e restaurantes do Programa Fome Zero;
- Implementar ações de geração de trabalho e renda;
- Melhorar a qualidade das informações no Cadastro Único;
- Incentivar a construção de estratégias de atuação dos agentes comunitários no acompanhamento das condicionalidades na saúde;
- Criar estratégias de descentralização da inserção das informações de saúde (inserção de dados no Sistema Bolsa Família na Saúde/Datasus/MS na própria Unidade de Saúde) e das informações de educação (inserção de dados do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/MEC ).
- Proceder à avaliação dos registros de motivos da baixa frequência com vistas a referenciar a formulação de ações ou políticas públicas de enfrentamento das situações de baixa assiduidade, abandono e evasão escolar;
- Institucionalizar, com apoio da prefeitura, um comitê gestor do PBF, com participação de integrante da secretaria de planejamento do município;
- Construir relatórios intersetoriais semestrais e periódicos dos dados do acompanhamento e dos impactos do programa no município (educação, saúde e assistência social), e enviá-los aos gestores das pastas, comitês gestores, prefeitos e instâncias de controle social;
- Institucionalizar comitês de controle e gestão no estado;
- Estabelecer parceria com instituições como FUNAI, FUNASA, etc. para que apoiem a coleta de informações sobre os povos indígenas;
- Criar Fórum Metropolitano do PBF, aos moldes de Fóruns já existentes, e incentivar a formação de Câmaras Temáticas;
- Criar espaços de intercâmbio de gestores e técnicos dos municípios para ajuda mútua nas

discussões referentes às ações no PBF, como fóruns virtuais de discussão;

- Implantar a “carteirinha do PBF”, na qual seriam marcadas a inclusão no CadÚnico, as atualizações cadastrais, acompanhamento da saúde (semestral) e ocorrências de condicionalidades da educação;
- Promover a divulgação e sensibilização sobre o PBF junto à população usuária; (por intermédio dos meios de comunicação);
- Divulgar as políticas executadas pelos municípios para as famílias beneficiárias do PBF.

### **Fomento à Intersetorialidade**

- Sensibilizar os agentes políticos estaduais e municipais acerca da amplitude social do PBF.;
- Incentivar que os gestores municipais e estaduais implementem estratégias de capacitação e monitoramento continuado;
- Disponibilizar acesso aos sistemas de informações e monitoramento das condicionalidades;
- Realizar seminários municipais intersetoriais;
- Criar ou reativar comissões ou comitês intersetoriais;
- Realizar planejamento conjunto e criar agendas compartilhadas;
- Promover maior entrosamento das áreas de atuação do PBF;
- Compartilhar uma rede de informação e comunicação estadual sobre as ações do programa e serviços, fortalecendo a intersetorialidade do PBF;
- Firmar parcerias entre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF);
- Definir atribuições intersetoriais de cada área de atuação no PBF, conforme Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS;
- Promover a adequação do acompanhamento das condicionalidades dos povos indígenas e de ações intersetoriais no Programa Bolsa Família;
- Elaborar e ou resgatar os planos de trabalho intersetoriais construídos pelos estados;
- Criar estratégias de articulação da região metropolitana e outras cidades próximas/divisas no que diz respeito a trocas de experiências, desdobrando-se em ações conjuntas intersetoriais na gestão do PBF;
- Realizar capacitação da equipe CRAS e CREAS para operacionalização do Sicon;

### **Acompanhamento familiar**

- Desenvolver ações de acompanhamento das famílias beneficiárias do programa por meio de uma equipe intersetorial (Educação, Assistência, Saúde);
- Promover apoio sistemático integrado de todas as ações sócio-educativa-psicológica-jurídica às famílias (equipe multidisciplinar);
- Monitorar periodicamente os dados estatísticos disponibilizados pelos Ministérios da Saúde, Educação e Assistência Social, Conselhos, Promotorias, CREAS, CRAS e demais órgãos de relevância, a fim de traçar ações e estratégias para reverter o quadro de vulnerabilidade das famílias e com isso contribuir para um avanço social;
- Criar um mapa para identificar o risco de vulnerabilidade de cada região para intensificar o trabalho de acompanhamento familiar;
- Realizar o acompanhamento familiar na perspectiva da promoção social, potencializando os membros da família em suas capacidades;
- Promover articulação com a rede socioassistencial, como as equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Pastoral da Criança;
- Implementar oficinas motivacionais nos CREAS e CRAS e implantar unidade de inclusão produtiva, objetivando a emancipação familiar;
- Elaborar e implementar um fluxo de atendimento para o acompanhamento familiar nos municípios a partir do Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios, Serviços e Transferências de Renda no âmbito do SUAS.

Todos os seminários foram realizados por meio de parceria com os Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS) e tiveram a participação de todos os estados, do Distrito Federal e 243 municípios.

**Importante - Acompanhamento da condicionalidade de saúde** - O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde (<http://bolsafamilia.datasus.gov.br>) está disponível para o acompanhamento e registro das informações de 10,7 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) com "perfil saúde" referente ao 2º semestre de 2010, e ficará disponível aos municípios até o dia 31 de dezembro de 2010.

Os municípios devem acessar desde já o sistema para imprimir os mapas de acompanhamento e desenvolver estratégias para acompanhar as famílias, registrar as informações e providenciar a digitação dos mapas.

É importante lembrar que, devido às características do ciclo de acompanhamento da saúde, as informações disponíveis no **Sistema Bolsa Família na Saúde** refletem as atualizações feitas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) até maio de 2010 e constantes na folha de pagamento de junho de 2010. Para mais detalhes, consulte o Informe PBF Condicionalidades 04.

Obs.: As famílias com perfil para o acompanhamento da condicionalidade de saúde, são aquelas com crianças menores de sete anos e mulheres entre 14 e 44 anos.

### DÚVIDA DA SEMANA

**Para interromper os efeitos sobre o benefício da família, é suficiente**

**colocá-la em acompanhamento familiar?**

Resposta: Não, além de incluir a família no acompanhamento familiar, também é necessário solicitar no Sicon a inclusão na interrupção temporária dos efeitos do descumprimento de condicionalidades.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES** acesse o [Fale Conosco do PBF](#) ou entre em contato com a Coordenação de Atendimento da Senarc: (61) 3433-1500 ou fax (61) 3433-1614/1615.